UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA

ADILZA COUTO MENEZES DE JESUS

LILIANE PINHEIRO DOS SANTOS

OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO DA ESCOLA MUNICIPAL TEODORO XAVIER DE SOUZA DO MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA

Trabalho de Conclusão de Curso da Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana como requisito para a obtenção do título em licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof.ª Ma. Nívia Bomfim Queiroz Rodrigues

Coorientador: Prof.ª Ma. Viviane França

ADILZA COUTO MENEZES DE JESUS

LILIANE PINHEIRO DOS SANTOS

OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO DA ESCOLA MUNICIPAL TEODORO XAVIER DE SOUZA DO MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA

Trabalho de Conclusão de Curso da Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana como requisito para a obtenção do título em licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof.ª Ma. Nívia Bomfim Queiroz Rodrigues

Coorientador: Prof.ª Ma. Viviane França

FEIRA DE SANTANA- BA

2022

ADILZA COUTO MENEZES DE JESUS
LILIANE PINHEIRO DOS SANTOS

OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO DA ESCOLA MUNICIPAL TEODORO XAVIER DE SOUZA DO MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA

Artigo apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso ministrado pelo (a) Professor(a) Maria Nívia Bomfim Queiroz Rodrigues como requisito para a obtenção da licenciatura em Pedagogia da Unidade de Ensino superior de Feira de Santana.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr.(a)_____

Professor Dr.(a)_____

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar os desafios encontrados pelos estudantes da Educação Especial do Campo na Escola Municipal Teodoro Xavier de Souza localizada no Município de São Sebastião do Passé- Ba, evidenciando a realidade de como a escola promove a inclusão. Foi adotada a metodologia de abordagem qualitativa, utilizando a técnica de entrevista semiestruturada, observação direta e pesquisa de campo o referencial teórico trouxe autores de grande relevância na Educação Inclusiva, que discutem pontos importantes no processo da inclusão dos estudantes com necessidades especiais. Com as coletas e analises de dados, foi possível alcançar o objetivo de identificar os desafios nesta instituição.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Inclusão no campo.

ABSTRACT

This article aims to identify the challenges faced by Special Education students in the countryside at the Teodoro Xavier de Souza Municipal School located in the Municipality of São Sebastião do Passé-Ba, highlighting the reality of how the school promotes inclusion. The methodology of a qualitative approach was adopted, using the technique of semi-structured interview, direct observation and field research. The theoretical framework brought authors of great relevance in Inclusive Education, who discuss important points in the process of inclusion of students with special needs. With the collection and analysis of data, it was possible to achieve the objective of identifying the challenges in this institution.

Keywords: Inclusive Education, Special Education, Inclusion in the countryside

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....08

2. REFERENCIAL TEÓRICO.....09

2.1 Educação, Educação Especial e Inclusiva**.....09**
2.2 Educação do Campo**.....12**

3. METODOLOGIA.....13

4. DADOS DA PESQUISA.....15

CONCLUSÃO.....18

REFERÊNCIAS.....19

ANEXOS.....21

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará a temática da Educação Inclusiva na pespectiva da Educação Especial, no contexto do campo, na Escola Municipal Teodoro Xavier de Souza no Municipio de São Sebastião do Passé - BA. Tendo como objetivo principal identificar os desafios encontrados pelos os estudantes da Educação Especial no processo da inclusão nesta instituição.

Com isso, pretende-se apresentar as exeperiências vivenciadas pelos estudantes com necessidades especiais, no ambiente escolar, tomando como base os direcionamentos trazidos pela Educação Inclusiva e a Educação Especial, que exige uma atenção, principalmente em relação ao acesso e permanencia desses estudantes em uma escola regular, no contexto do campo.

A Declaração de Salamanca de (1994) afirma que: “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (BRASIL,1994). E a partir daqui traçaremos um caminho de descobertas desses desafios no processo inclusivo.

A fundamentação teórica teve Montoan (2006), Vygostky (2006), Sassaki (1997). A oportunidade de se conhecer o que de mais atual existe sobre o tema**,** juntamente com as legislações que asseguram a educação básica que são: A constituição de 1988, A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Declaracão de Salamanca de 1994 que serviram de estrutura para esta pesquisa.

As estratégias metodologicas adotadas centrou-se na pesquisa de campo realizada na Escola Municipal Teodoro Xavier de Souza, com uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, na qual a técnica ultilizada foi a entrevista semi estruturada com a ultilização de um gravador de voz, com transcrição posterior para efeito de análise dos resultados, além de observação direta feita pelas pesquisadoras.

Os dados coletados na pesquisa de campo permitiu ver, ou melhor, descortinar a realidade do processo de inclusão na escola, e que entre a prática e a teoria há muitos desafios a serem superados.

Para Sassaki (2010, p. 40) a inclusão “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade” para que a trasformação necessária aconteça, é preciso uma mudança de pensamento, por parte dos orgãos das políticas públicas visando atender de forma digna e responsável os estudantes com deficiências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação, Educação Especial e Inclusiva

A educação é considerada um fator essencial para o desenvolvimento e a construção do indivíduo, caracterizando na formação humana e promovendo possibilidades de aprendizagem. Ressaltando que a política educacional deve ser para todos, de forma igualitária e sem acepção de pessoas. A Constituição Federal Brasileira de (1988) no art. 205º, estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL,1988).

Entendendo que a educação tem o poder de desenvolver, preparar e qualificar esse cidadão para o pleno exercício na sociedade garantia promulgada por meio da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Federal n° 9.394/96, “assegura este direito a educação básica a todos” (BRASIL,1996). Mesmo com essa garantia estabelecida por lei, há muitas barreiras para que a educação seja ofertada de forma igualitária para todos, podendo destacar o processo da inclusão.

Na antiguidade as pessoas com necessidades especiais eram consideradas indignas da educação escolar por serem considerados doentes ou débeis mentais eram excluídas, pois a sociedade entendia que essas pessoas eram incapazes de obter algum tipo de aprendizagem. Segundo BERGAMO (2010, p.3):

> A partir do século XVII, os deficientes passaram a ser internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições, juntamente com delinquentes, idosos e pedintes, ou seja, eram excluídos do convívio social por causa da discriminação que então vigorava contra pessoas diferentes. (BERGAMO, 2010)

Desse século em diante, a sociedade passou a ter consciência que não era preciso mais sacrificar as crianças e adultos com deficiência, encontrando uma alternativa colocando-os em ambientes fora do convívio social.

No século XXI começa a fase da segregação. Neste período as pessoas com deficiência não eram vistas com bons olhos nas instituições de ensino regular e isso serviu de empecilho no processo de socialização. Havia uma separação de ambientes educativos específicos o que levava a segregação sendo, um método utilizado que

não era eficaz. Para Mendes (2006, p. 388) “os benefícios para alunos com deficiências seriam: participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores” dando-lhe a oportunidade de estar vivendo em sociedade e com seus familiares.

A Educação Especial passou a ser pensada como uma modalidade possível, já que o seu histórico carrega muitas marcas de exclusão, sendo que o decreto 3.956/2001 promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.

A partir daí se originou uma militância em favor das pessoas com deficiência e diversas leis foram promulgadas, em prol da garantia do direito que outrora fora negado. A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Declaração de Salamanca 1996, a Lei Brasileira de inclusão 2015 e o Decreto de Guatemala Decreto N°7.352, de 04 de novembro de 2010 são exemplos dessas leis que buscam assegurar a garantia da inclusão deste público da Educação Especial. Além disso, importantes teóricos desenvolveram estudos significativos para auxiliar nesse processo de inclusão. São eles: Maria Teresa Eglér Mantoan (2006), Vygotsky (1984), Sassaki, (1997). Estes deram importantes contribuições para ampliar compreensões acerca dos contextos da educação inclusiva.

Entende-se por Educação Inclusiva a garantia do direito à educação para todos, pressupondo a igualdade, a valorização das diferenças étnicas, sociais, intelectuais, físicos e sensoriais, oportunizando o acesso legal, a participação e a aprendizagem sem acepções, conforme está descrito na Declaração de Salamanca (1996): “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (BRASIL, 1996).

Sendo a Educação Especial aquela que é direcionada a assistir crianças com especificidades educacionais, buscando atender esse público alvo de forma inclusiva como está fundamentado na Constituição Federal de 1988 inciso III do artigo 208:

> O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Com base nisso, é importante salientar que quando a teoria converge com a prática a probabilidade de inclusão é significativa. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, Art. 208, Inciso III)

Eventualmente as escolas regulares falam de inclusão, mas não têm uma estrutura satisfatória para receber o público da educação especial. E os desafios não estão limitados à infraestrutura. Falta inclusão nos planejamentos, na acessibilidade de materiais pedagógicos adaptados e, principalmente, na presença de profissionais especializados para um atendimento de qualidade.

Mantoan (2006, p. 37) ressalta que:

> É certo que não se consegue predeterminar a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem construídos pelos alunos nem facilitar/adaptar as atividades escolares para alguns, porque somos incapazes de prever, de antemão, as dificuldades e as facilidades que cada um poderá encontrar para realizá-las. Porque é o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele pode regular o processo de construção intelectual. A maioria dos professores não pensa assim nem é alertada para esse fato e se apavora, com razão, ao receber alunos com deficiência ou com problemas de aprendizagem em suas turmas, pois prevê como será difícil dar conta das diferenciações que um pretenso ensino inclusivo exigir-lhes-á. (MANTOAN, 2006, p. 37)

Para que de fato a inclusão seja efetivada nesses ambientes escolares, é necessário repensar em políticas públicas que “[...] deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (Brasil, 2007, p. 28). Também, precisam garantir adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais uma realidade que, na prática encontram muitas barreiras, como a falta de infraestrutura, acessibilidades, materiais pedagógicos adequados, falta essas ferramentas inclusivas básicas é preciso cobrar do poder público a assistência e as iniciativas devidas para uma inclusão de qualidade.

Para Sassaki (1997, p.17) é desejável a construção de escolas inclusivas, para que:

> as pessoas, sob a inspiração de princípios, tais como: celebração das diferenças individuais, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, contribuição de cada aluno, aprendizado cooperativo, solidariedade humanitária, igual importância das minorias em relação à maioria, cidadania com qualidade de vida. (SASSAKI, 1997, p.17)

Vale ressaltar que o público alvo da inclusão, tem crescido a ponto de não haver justificativas para a falta de construções de escolas que estejam aptas a receber esse público com necessidades especiais. Pensando nos avanços que a inclusão está vivenciando, é interessante ter um olhar sensível para a educação do campo, uma

modalidade de ensino que visa abranger espaços que são denominados como espaços rurais.

2.2 Educação do Campo

A Educação do Campo está direcionada a atender e comtemplar os sujeitos sociais do campo que é “aquela situada em área rural” (BRASIL, 2010). Todavia essas escolas geralmente estão localizadas em um contexto afastado da cidade, que trazem consigo uma realidade muito comum que é a distância entre a moradia e a escola, sendo que muitas vezes esse trajeto é longo, estradas precárias e muitos precisam acordar muito cedo para irem à escola, e também existem as suas peculiaridades como a cultura, a forma de falar, o ambiente de trabalho que geralmente é em fazendas, nas lavouras, no plantio na agricultura.

Deve- se levar em consideração desse público e pensar em uma educação pautada na realidade vivenciada por cada estudante, para que a educação do campo se dê, de forma significativa, é necessário considerar toda diversidades que devem ser contempladas no currículo escolar, respeitando as características e os saberes existentes em cada um desses locais.

De acordo com o decreto n°7.352 de 4 de novembro de 2010 que ressalta em seu artigo 1° que:

> A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010, Art. 1°).

Quando pensamos na educação no contexto do campo, percebe- se uma precariedade na oferta do ensino. Por se tratar de um ambiente com peculiaridades divergentes das características das escolas urbanas, os desafios enfrentados no contexto de localização da escola, na estrutura do ambiente escolar, no ensino significativo regular que muitas vezes é prejudicado por falta de recursos pedagógicos, no acesso e na permanência na sala de aula (pois muitos dependem do trabalho agrícola para tirar o seu sustento, e, não tendo outro meio de se sustentar todos precisam contribuir com a mão de obra desde a criança ao adulto.)

Diante desse cenário cultural, é preciso pensar como acontece a Educação Especial no âmbito escolar que já tem características próprias citadas no parágrafo anterior é necessário refletir quem são essas crianças com necessidades especiais, como elas são assistidas pela escola, se são crianças que têm uma frequência regular no âmbito escolar, se a escola está preparada para na sua estrutura, e no corpo docente, para tornar essa criança inclusiva e como acontece a comunicação com a família.

Para Vygotsky (1984):

> o indivíduo é constituído socialmente: todas as suas funções psicológicas têm origem social. Suas interações com o meio são construídas a partir de sua inserção em um universo histórico-cultural. A família, escola, comunidade e seus elementos constituintes - pais, irmãos, professores, colegas, amigos - fazem parte desse universo histórico-cultural e servem de elo intermediário entre o sujeito e o objeto de conhecimento. (VYGOTSKY, 1984)

Corroborando com a citação acima, nota-se a importância das interações no aprendizado em que promove o desenvolvimento do indivíduo seja ele especial ou não. A socialização dentro do âmbito escolar tem um papel fundamental no desenvolvimento e na formação de cada aluno de forma individual, já que este é o cenário propício para esta prática tão significativa, onde acontece as interações, troca de palavras, ideias e valores diferentes.

3. METODOLOGIA

A metodologia centrou-se em uma e pesquisa de campo realizada na escola, com uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo onde a técnica utilizada foi a entrevista semi estruturada com a utilização de um gravador de voz, com transcrição posterior para efeito de análise dos resultados, além de observação direta feita pelas pesquisadoras.

A fundamentação teórica teve em Montoan (2006), Vygostky (2006), Sassaki (1997), a oportunidade de se conhecer o que de mais atual existe sobre o tema. Concernente ao tipo de pesquisa, adotou-se a pesquisa qualitativa que estuda os fenômenos e acontecimentos sociais e locais. Segundo Appolinário (2004) a:

> Pesquisa qualitativa [qualitative reserch] I. Modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados através de interações sociais (p. ex.: estudos

> etnográficos e pesquisas participantes) e analisados subjetivamente pelo pesquisador (APPOLINÁRIO, 2004, p. 155).

Sendo uma pesquisa de natureza aplicada que tem como objetivo descritivo, faz necessário descrever todo o procedimento de coleta de informações. Conforme fala Appolinário que (2011, p. 147), na pesquisa descritiva o pesquisador se limita a "descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas", sendo os procedimentos adotados a pesquisa de campo e as observações.

O tipo de coleta de dados na pesquisa qualitativa foi uma entrevista semiestruturada que para, segundo Minayo (2010, p.262), "combina perguntas fechadas e abertas, nesse tipo de entrevista o questionado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada" o que traz clareza quanto ao objetivo que precisa ser alcançado.

Nesta primeira etapa desta pesquisa foi realizada a escolha do tema, título e objetivo. Foi realizada pesquisa em artigo, livros e Legislações que respaldam a Educação Inclusiva, referências e citações de autores que abordam essa temática.

Na segunda etapa, para a realização da pesquisa de campo foi necessário a solicitação de documento de consentimento de entrevista, em seguida adquiriu-se as informações necessárias para o agendamento da visita na Escola do campo, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), do município de São Sebastião do Passé - BA.

Na terceira etapa desse processo, foi realizada a visita na Escola Teodoro Xavier de Souza em busca de dados relevantes para a sustentação desta pesquisa, neste processo houve a participação do grupo gestor e de docentes desta escola. A técnica de coleta foi a entrevista semiestruturada, que tem como objetivo central investigar diferentes perspectivas e pontos de vista sobre um fato, por meio da compreensão da realidade dos (as) entrevistados (as) (GASKELL, 2003), foi utilizando um gravador de voz, perguntas direcionadas e consulta ao Projeto Político Pedagógico (PPP) tendo o consentimento de todos os envolvidos na entrevista para o uso das informações adquiridas para esta pesquisa.

Na quarta e última etapa, deu-se início às análises de dados coletados e em seguida a construção dos dados da pesquisa, fazendo conexões com os autores que

trazem contribuições importantes para a Educação Inclusiva, na perspectiva da educação especial, sendo eles: Montoan (2006) com sua *contribuição* Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer*?* Sassaki (2002) sobre a Terminologia sobre deficiência na era da inclusão, Vygotsky (1984) A formação social da mente. sendo teóricos e, a partir das informações obtidas, construiu-se as considerações finais, a introdução, o resumo e os referenciais.

Com essa organização no desenvolvimento das etapas da pesquisa, “contribui para tornar mais confiáveis os resultados do estudo qualitativo” Kirk & Miller (1986, p.72) sendo que descrição de cada momento é necessária para estruturar a pesquisa.

4. DADOS DA PESQUISA

A Escola Teodoro Xavier de Souza está situada na Fazenda Jacaré, localizada no município de São Sebastião do Passé- BA, está inserida no contexto do campo, sendo uma escola pequena que atende aproximadamente 120 alunos no total, incluindo as crianças com necessidades especiais.

O conhecimento da infraestrutura do espaço educativo configurou-se como necessário, constatando-se que a escola não tem condições físicas de permitir a inclusão de estudantes com necessidades especiais.

Deu-se início a entrevista com um roteiro de perguntas abertas, sendo utilizado um gravador de voz, inicialmente com a gestora 01 e, em seguida, com gestora 02 e com a docente 01, que estava disponível no momento. Ao final da entrevista, obtivemos acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) que está passando por uma reformulação, principalmente no quesito da Educação Especial.

Foi possível observar uma aceitação por parte da gestão da escola para receber os alunos da Educação Especial. Apesar de se tratar de uma escola do campo, as gestoras e as docentes se mostraram cientes dessa modalidade. A gestora 01 relatou que dos quatro estudantes da educação especial matriculados na escola, apenas um não tem o acompanhamento por ter pais analfabetos e que não tem o interesse de ajudá-lo, o que potencializa esse desafio. Notou-se que a procura por matrícula nessa modalidade ainda é muito tímida. Sabemos que é um direito garantido segundo a Lei n° 9.394/96 assegura no:

> Capítulo V - Da Educação Especial: Art. 58- Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar,

> oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos, portadores de necessidades especiais: § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial; § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas escolas comuns de ensino regular; § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil"...(BRASIL, 1996).

A referida lei cita que "haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender as peculiaridades", mas nos deparamos com uma realidade totalmente diferente. Não existem medidas de implementações adequadas e satisfatórias na rede de ensino para que ocorra a inclusão.

No relato da gestora 02, ficaram evidenciados os desafios enfrentados por estes estudantes na acessibilidade arquitetônica da escola, que necessita de adaptações: não tem rampas, nem banheiro apropriado, cadeiras adaptáveis, superfícies não escorregadias o que torna um ambiente inseguro para a criança. Sassaki (2009, p. 10) afirma sobre acessibilidade "Acessibilidade arquitetônica: supressão dos impedimentos físicos que dificultam o acesso aos ambientais" fatores essenciais para contribuir no desenvolvimento do estudante no ambiente escolar. É preciso que a teoria passe a se tornar prática no que diz a respeito as políticas públicas nesta escola.

A inclusão precisa ser uma realidade, pois ainda não é, e as escolas precisam se adequar para receberem esses estudantes e garantir um ambiente propício e adequado para a aprendizagem e o desenvolvimento desses indivíduos, independente da sua necessidade especial. Dessa forma, fica evidenciado que "é a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela", segundo Montoan (2003, p.8).

Constatou- se que a escola não possui uma sala multidisciplinar e que os materiais pedagógicos utilizados pelos estudantes são confeccionados por elas (gestoras e docentes) através de materiais recicláveis. Há uma necessidade em ter recursos corretos para "utilizar materiais didáticos adequados para as necessidades educacionais especiais, dentre outros'' (SASSAKI, 2007) a ausência desses suportes pedagógicos compromete e muito o direito de aprendizagem desses estudantes, pois sem os recursos certo não tem como desenvolver as habilidades necessárias para esses educandos, que precisam de uma metodologia diferenciada.

Se queremos uma educação igualitária, é preciso que todos tenham o mesmo direito, pois é na escola que se deve ter o apoio necessário para o crescimento e desempenho desse estudante, o ambiente escolar deve promover acolhimento, segurança e preparo de todos desde o porteiro à merendeira, para receber crianças com necessidades educacionais especiais da forma correta.

O indivíduo quando saí do seu ambiente familiar em busca da escolarização se depara com diversas barreiras no processo de inclusão escolar que ocorre desde a acessibilidade ao pedagógico. Porém, Mantoan (2003, p. 43) ressalta que, “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.1), afirma que “a partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas”. Sendo que essa afirmação não condiz com a realidade vivenciada pelos estudantes da instituição aqui citada, mesmo com leis que respaldam a educação especial, as contradições impedem o avanço da inclusão principalmente no contexto do campo.

Vale ressaltar que todos os docentes e gestoras tem formação em pedagogia e participam de formação continuada que é realizada na própria escola junto com o núcleo inclusivo da secretaria de educação do município, exceto as assistentes que acompanham essas crianças, o que implica em um grande desafio, pois todos fazem parte do processo de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo identificar os desafios encontrados pelos os estudantes com necessidades especiais no processo da inclusão em uma instituição escolar no município de São Sebastião do Passé.

Buscando conhecer mais a realidade da Escola Municipal Teodoro Xavier de Souza, no contexto do campo. Nesta pesquisa ficou evidenciada que a inclusão ainda há um grande desafio, mesmo com leis que respaldam a modalidade da educação

especial e com teóricos que defendem a educação inclusiva, ainda assim as escolas não estão preparadas para receber esses estudantes.

Constatou-se que existem desafios enfrentados pelos estudantes da Educação Especial na Escola Municipal Teodoro Xavier de Souza, no sentido da infraestrutura**.** Faltam salas multidisciplinares, recursos pedagógicos apropriados para trabalhar as especificidades de cada estudante e ausência de qualquer tipo de assistência dos órgãos responsáveis.

Essas questões são possíveis de solucionar com o investimento de políticas públicas, programas de capacitação, acompanhamento contínuo, orientações para o trabalho docente, adaptações na acessibilidade e dessa forma fazer com que aconteça inclusão e não segregação na escola, isso será benéfico, não só para alunos especiais como para todos os envolvidos neste processo. O que reforça a necessidade de uma estrutura que contribua para a formação do indivíduo, garantindo a permanência no ambiente escolar e um ensino pautado na necessidade individual de cada estudante.

Por tratar de uma escola do campo, já existe as suas peculiaridades que precisam ser assistidas e com os desafios da inclusão é preciso um olhar mais sensível, pois se trata de crianças em situação de vulnerabilidade. É viável que as famílias, que tenham crianças com deficiência, tenham acesso as informações corretas, acerca dos direitos e deveres destas crianças que está assegurada por leis. Mesmo sem os recursos pedagógicos adequados para um ensino de qualidade para esses estudantes, o corpo gestor da Escola Municipal Teodoro Xavier de Souza buscar trabalhar a inclusão com o que tem em mãos, garantindo a permanência destas crianças na escola.

Por fim, a pesquisa de campo reafirmou que na maioria das vezes a inclusão não é responsabilidade somente da escola, que é preciso construir escolas aptas para receber os estudantes da educação especial, e com os recursos pedagógicos necessários. É preciso cumprir o que está proposto no projeto político pedagógico da escola, e essa construção deve ser pensada na perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS

A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

APPOLINÁRIO, Fabio**. Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

BRASIL, MINISTÈRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto n° 7352**, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf. Acessado 23/05/2022

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. BRASÍLIA, DF, SENADO, 2010.

BRASIL. **Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007**. Disponível em:19/05/2022. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 16/05/2022.

BRASIL**. DECRETO 7352 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010**. DISPONÍVEL EM: **HTTP://PORTAL.MEC.GOV.BR/DOCMAN/MARCO-2012-PDF/10199-8-DECRETO-7352-DE4-**DENOVEMBRO-DE-2010/FILE. ACESSO EM: 03/04/2022.

BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE **EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008**.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**, 1994, SALAMANCA-ESPANHA.

GASKELL, George. (2003), “Entrevistas Individuais e Grupais”, in M. W. Bauer; G. Gaskell (org.), **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis, Editora Vozes.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, ARILDA S., **INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES**, IN REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, V.35, N.2, MAR./ABR. 1995A, P. 57-63. PESQUISA QUALITATIVA. - TIPOS FUNDAMENTAIS, IN REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, V.35, N.3, MAI./JUN. 1995B, P. 20-29.

Kirk, J. & Miller, M. L. (1986**). Reliability and validity in qualitative research**: qualitative research methods. Newbury Park: Sage, 1.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. BRASÍLIA: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO,** 1996. DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L9394.HTM. ACESSO EM 03/04/2022.

MANTOAN, MARIA TERESA EGLER. **INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER?** 2 ED. SÃO PAULO: MODERNA, 2006.

MENDES, E. G. A **Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 3, p. 387- 40, 2006.

MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec. 2010.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

SASSAKI, ROMEO. KAZUMI. **INCLUSÃO, O PARADIGMA DA PRÓXIMA DÉCADA**. MENSAGEM, BRASÍLIA, V. 34, N. 83, P. 29, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista** Nacional de Reabilitação, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. **TERMINOLOGIA SOBRE DEFICIÊNCIA NA ERA DA INCLUSÃO**. REVISTA NACIONAL DE REABILITAÇÃO, ANO 5, Nº 24, JAN./FEV. 2002A, PP. 6-9.

UNESCO. THE SALAMANCA STATEMENT AND FRAMEWORK FOR ACTION ON SPECIAL NEEDS EDUCATION. **[CONHECIDA COMO A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, ADOTADA PELA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA NECESSIDADES ESPECIAIS**: ACESSO E QUALIDADE, REALIZADA EM SALAMANCA, ESPANHA, EM 7-10 DE JUNHO DE 1994] GENEBRA: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY LS. **A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE**. SÃO PAULO:MARTINS FONTES;1984.

_____.**O Direito à Educação Inclusiva, segundo a ONU. A Convenção** sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Corde, 2007.

ANEXOS

UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a), através deste documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nós, **Adilza Couto Menezes de Jesus e Liliane Pinheiro dos Santos**, autores da Pesquisa: (**Os desafios dos estudantes da educação especial na Escola Municipal** Teodoro Xavier de Souza **na zona rural**). Pretendemos lhes explicar com clareza sobre esta pesquisa que será realizada caso o (a) senhor (a) concorde em participar, por meio da **autorização dos pais e/ou responsáveis**. Este documento servirá como comprovante que sua aceitação foi de livre vontade. O objetivo principal deste estudo é analisar (**Identificar os desafios dos estudantes da educação especial na Escola Municipal** Teodoro Xavier de Souza **na zona rural**).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista, (**que será gravada em áudio** ou **escrita a punho**). As informações serão tratadas com sigilo e confidencialidade, impossibilitando a sua identificação. Os dados, portanto, não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, para isto utilizaremos um código, acompanhado do número da ordem de entrevista.

Entretanto, sua participação não é obrigatória. A qualquer momento pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo, no qual consta o telefone do (a) pesquisador (a) e da Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana, Polo **[...]** podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Peço-lhe que assine abaixo a sua autorização em participar da pesquisa, após a leitura e concordância com os termos desse documento.

(**São Sebastião do Passé - BA**), 25 de Abril de (**2022**).

Nome do participante da pesquisa: Maurizete Aurlino dos Santos

Assinatura: Maurizete Aurlino dos Santos

Nome do (as) Pesquisador (as): Líviane P. dos Santos e Adilzar C.M. de Jesus

Tel:_____ Cel: 71 99118 1313

Tel:_____ Cel: 71 99161 2009

Nome do participante da pesquisa: Lucélia Mota Cerqueira

Assinatura: Lucélia Mota Cerqueira

Nome do (as) Pesquisador (as): Adilza Lo. M. de Jesus e Adriane P. dos Santos

Tel:_____ Cel: 71 991612009

Tel:_____ Cel: 71 991181313

ENTREVISTA

1- Como foi para escola receber os primeiros estudantes com necessidades especiais, por se tratar de uma escola do campo?

2- Na sua opinião como diretora, a escola está apta para receber estes estudantes?

3- Sobre a infraestrutura da escola, é acessível para estes estudantes? Como?

4- Qual é o suporte que estes estudantes tem, em relação ao espaço multidisciplinar?

5- Como o grupo gestor se organiza para oferecer condições de trabalho para os docentes, desenvolver atividades em sala de aula?

6- Quais os materiais pedagógicos utilizados no ensino aprendizado destes estudantes

7- Existem políticas públicas direcionadas para esta escola? Se sim quais?

8- Como a escola ver a importância da socialização destes estudantes da educação especial?

9- Quais são os maiores desafios dos estudantes enfrentados nesta escola? E quais as possibilidades de melhorias?

PERGUNTAS ELABORADAS PELA DUPLA.